

Este último número de 2020, dedicado à Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, assinala a passagem de duas décadas sobre a aprovação da Resolução 1325, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta resolução consensualiza uma vontade coletiva em dois grandes domínios. Por um lado, veio valorizar a dimensão de género na relação entre paz e segurança, a importância do papel das mulheres em situações de prevenção, resolução e reconstrução pós conflito, bem como na manutenção e promoção da paz e segurança. Por outro veio fomentar a adoção de medidas normativas de proteção das mulheres em situações de conflito armado, em particular no que concerne à violência baseada no género.

Os seis artigos que compõem este número examinam os desafios presentes e futuros decorrentes daquela Resolução, analisam experiências concretas no que respeita à sua implementação e dos demais instrumentos que a complementam e abordam várias perspetivas de integração e participação feminina nas Forças Armadas. Diana Morais analisa a forma como os Planos Nacionais de Ação para a implementação da Resolução 1325 têm contribuído para o avanço da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e o seu impacto no discurso formal das organizações internacionais e regionais dedicadas à paz e segurança.

Mónica Dias e Catarina Caria avaliam o contributo da Resolução 1325, o seu impacto junto da sociedade civil, na qual as mulheres desempenham um papel central na sustentabilidade dos processos de paz e de reconstrução dos Estados e comunidades e o retorno daquela influência sobre a implementação da Resolução.

António Ideias Cardoso, Ana Tinoco, Cláudio Costa Reis e Cristina Vilhena analisam a situação atual da participação das mulheres, que integram os quadros permanentes e regimes de voluntariado e de contrato, nos três ramos das Forças Armadas, oferecendo um contributo relevante sobre as perceções das militares portuguesas sobre o seu percurso profissional.

Andreia Alves e Artur Saraiva analisam a formação militar na perspetiva de género e de que forma as políticas enquadradas pela agenda “Mulheres, Paz e Segurança” têm exercido influência na cultura organizacional da Academia Militar, identificando os aspetos que dificultam ou facilitam a integração das militares femininas nesta instituição.

Sabrina Celestino analisa a evolução da inserção das mulheres nas Forças Armadas brasileiras avaliando os limites e desafios resultantes da cultura institucional, face ao enquadramento internacional dos últimos vinte anos e que veio reforçar o papel da presença feminina, quer na instituição militar, quer a sua participação em missões de paz das Nações Unidas.

Isabella Neumann examina a incorporação das mulheres nas Forças Armadas portuguesas enquadrada pela evolução do contexto internacional, pela questão da profissionalização militar e pelos condicionalismos do ambiente sócio-cultural, que acompanham o processo de incorporação feminina.

Isabel Ferreira Nunes